

**A EXPERIÊNCIA DO ENSINO MÚTUO NA CASA PIA DE LISBOA (1820-1859)***The experience of the mutual teaching in the Casa Pia of Lisboa (1820-1859)**Carlos Manique da Silva\****RESUMO**

Durante as primeiras décadas de Oitocentos, algumas elites consideraram o ensino mútuo o sistema ideal para estender a educação às camadas populares. Tal pressuposto assenta, fundamentalmente, na economia de meios e de custos. O modelo conhece uma difusão rápida e abrangente, sendo, no entanto, efémero o seu sucesso. Este estudo analisa a tensão entre o modelo universal de conhecimento e a sua apropriação num contexto socio-histórico específico – a Casa Pia de Lisboa. O que se pretende, no essencial, para o período que decorre entre os anos de 1820 e 1859, é questionar os factores que determinaram adaptações locais; avaliam-se também as evoluções do método e a eficácia do ponto de vista da quantidade e da qualidade das aprendizagens efectuadas.

**Palavras-chave:** ensino mútuo; educação popular; modelo universal de conhecimento.

**ABSTRACT**

During the first decades of the eight Hundreds some elites considered the system of mutual teaching the ideal one to take education closer to the popular classes. Such stands mainly on the economy of means and costs. This model spreads widely and quickly; nevertheless, its success is ephemeral. This study analysis the tension between the universal model of knowledge and its appropriation in a social-historical specific context – the Casa Pia of Lisbon. The main goal for the period that took place between the decade of 1820s to 1859, is the questioning of the factors that determined local adaptations; the evolutions of the method and its efficiency on the quantity and quality of the learning achieved are also evaluated.

**Keywords:** mutual teaching; popular education; universal model of knowledge.

**1.**

O aparecimento do ensino mútuo, na viragem do século XVIII para o século XIX, está associado a um conjunto de questões levantadas pelo rápido avanço da industrialização em Inglaterra. Com efeito, é no âmbito de um projecto de constituição do Estado moderno, visando a integração política e social das classes populares, que o modelo organizativo proposto por Andrew Bell (1753-1832) e Joseph Lancaster (1777-

---

\* Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Contato: manique@net.sapo.pt

1838) deve, numa primeira instância, ser considerado. O que está em causa nesse período histórico, sob o pressuposto de uma escolarização em larga escala, é a ligação do indivíduo a um sentido colectivo de progresso. O ensino mútuo surge, então, como a inovação pedagógica (não se tratando, todavia, de uma criação *ex nihilo*) que permite ensinar o maior número de alunos no menor tempo possível e pelo mais baixo custo. Certo é que rapidamente ultrapassa os limites do continente europeu, chegando às Américas e, mesmo, a África. Será esse, porventura, o primeiro critério que faz deste modelo uma inovação pedagógica; algo que torna central a questão da recepção e da apropriação do conhecimento.

O propósito deste trabalho consiste em analisar de que forma os traços estruturais do ensino mútuo – na essência, o sistema do monitor, a segmentação do ensino em pequenas unidades de aprendizagem (garantida pela contínua examinação dos alunos) e a progressão desigual segundo as matérias (Muller, 2005) –, assim como alguns princípios presentes na formulação original, a exemplo da redução do currículo às aprendizagens essenciais (ler, escrever e contar) e a ausência de punição corporal, são apropriados num contexto específico. Refiro-me a uma instituição muito peculiar por aliar, no essencial, desde a sua fundação, ocorrida no ano de 1780, preocupações de carácter social e pedagógico – a Casa Pia de Lisboa<sup>1</sup>. Aí sugiro, na esteira aliás de outros investigadores (Caruso, 2004, 2007; Roldán Vera, 2005), a pluralização de interpretações da *tecnologia* educativa do ensino mútuo no curso da sua difusão mundial. No citado contexto, não deixarei ainda de registar as principais linhas evolutivas das práticas e dos princípios organizativos do modelo, no período que decorre entre os anos de 1820 e 1859.

## 2.

Interessa desde logo notar que a adopção do ensino mútuo na Casa Pia de Lisboa está intimamente associada à formação especializada de professores, na esteira, aliás, do sucedido com carácter inédito em Portugal nos corpos do exército (Fernandes, 1994, 1999). De facto, no início dos anos de 1820, e de acordo com o plano de D. João VI, são criadas a Escola Normal Teórica e a Escola Normal Prática<sup>2</sup>. A primeira, então instalada no palácio do Rossio, reservada “a ensinar a teoria aos professores que houvessem de se formar no método daquele ensino”; a segunda, situada de facto na Casa Pia, destinada “não só a dar prática aos mesmos professores, mas a trabalhar com discípulos menores, a fim de poder em tudo servir de tipo a todas as mais escolas que houvessem de se criar em todo o reino” (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 2126, documento s. p.). Quem o explica, em 1837, é Francisco António de Michellis, numa exposição dirigida ao ministro do Reino.

<sup>1</sup> É comumente sabido que Casa Pia de Lisboa foi fundada em 1780, a instâncias de Diogo Inácio de Pina Manique.

<sup>2</sup> Importa mencionar que em Dezembro de 1822, por determinação régia, foi João José Lecocq incumbido de ir a Paris aprender a “prática do ensino mútuo”, estando de regresso a Lisboa decorrido exactamente um ano. No mês de Março de 1824 é nomeado director da Escola Normal Teórica, sendo esta aberta, com 25 alunos, em Outubro seguinte. A direcção da Escola Normal Prática coube ao professor Francisco António de Michellis, nomeado em Junho de 1824, ficando no entanto subordinado a Lecocq (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 277).

Como refere António Nóvoa (1987), o ciclo de instabilidade política vivido entre 1828 e 1834 não permite que as duas Escolas tenham um regular desenvolvimento, sendo além de tudo evidente “a recusa do ensino mútuo pelo absolutismo” (Fernandes, 1999, p. 42)<sup>3</sup>.

No entanto, finda a intermitência provocada pela guerra civil, o ensaio do ensino mútuo na Casa Pia de Lisboa prolonga-se continuamente por mais de duas décadas (1834-1859). Não menos relevante é o contexto em que decorre, ou seja, numa instituição vocacionada para o acolhimento de órfãos, privilegiando na sua obra educativa o regime de internato. Julgo desde logo interessante a forma como José Maria Eugénio de Almeida, provedor da Casa Pia de Lisboa a partir de 1859, relaciona essa especificidade com os resultados da aplicação do método, no seu entender condicionados ainda por outra ordem de factores:

*Não é aqui o lugar de dissertar sobre o mérito desse método de ensino, se é que merece o nome de método; mas pode dizer-se modestamente que se alguma vez provou bem em algum país, não foi de certo na Casa Pia de Lisboa que deu resultados que o façam aplaudir. A excessiva população da escola e a diversidade dos seus elementos tornavam muito difícil o regime dela. O professor era nomeado e pago pelo governo, dependente de autoridades estranhas à Casa Pia, inamovível como são os outros, e a acção que a administração podia exercer ultimamente na escola seria considerada, até certo ponto, como exorbitante e ilegítima. Para evitar esse inconveniente foi forçoso trazer outro pior. Nos objectos de instrução primária a escola fazia o que lhe parecia melhor, e a Casa Pia fazia, pela sua parte, outro tanto; sem que se pudesse nunca obter praticamente acordo completo a este respeito. Destas causas vinha, mais do que quaisquer outras, o mau estado da escola, a falta de cuidado nos objectos que lhe diziam respeito, e como consequência o pouco aproveitamento dos alunos que a frequentavam. Há-de acontecer isto sempre que, em estabelecimentos populosos como este, e que têm dentro em si alunos assaz numerosos para merecerem escolas próprias, acomodadas às suas circunstâncias especiais, se pretender, por espírito de mesquinha economia, prescindir de as criar, e que se vão buscar escolas comuns, que ali entram por um acto considerado de favor, e que ali se conservam e funcionam sujeitas a acção estranha. (Almeida, 1861, p. 69-70)*

Em relação a esta intervenção de Eugénio de Almeida, gostaria, pelo menos por agora, que o meu leitor retivesse apenas o seu sentido imediato, e sublinharia a inadequação do método ao público-alvo, o excessivo número de alunos da instituição e, igualmente determinante, a circunstância de a administração da Casa Pia não ter plena jurisdição sobre a aula de ensino mútuo. Retomá-la-ei adiante, justamente para a desenvolver e confrontar, no mesmo período histórico, isto é, ao redor dos anos de 1859-1860, com a perspectiva de outro actor, Alfredo Júlio de Brito Freire, nada mais, nada menos do que o último professor da referida aula.

---

<sup>3</sup> O testemunho de Francisco António de Michellis aponta mesmo para a extinção das Escolas nesse período: “ensinei com alguma vantagem na Casa Pia [...] até ao dia 28 de Julho de 1828, em que fui demitido pelo governo usurpador, o qual pouco tempo depois ordenou a extinção das duas Escolas Normais como incompatíveis com o seu sistema de governo absoluto” (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 2126, documento s. p.).

Trata-se assim, no momento presente, de fazer uma incursão a 1834, e de tentar perceber de que forma a modalidade organizativa em causa é apropriada, para registar em seguida, até ao epílogo do ensaio, no decurso, portanto, de um quarto de século, as principais linhas evolutivas das práticas e dos princípios organizativos.

Dito isto, começo então por afirmar o manifesto interesse do governo, logo na primeira metade de 1834, no restabelecimento da antiga Escola Normal Prática. Com efeito, segundo informa o professor titular da cadeira, Francisco António de Michellis, na já citada exposição dirigida ao ministro do Reino, as primeiras matrículas têm lugar no mês de Abril, decorrendo até ao final do referido ano a formação dos monitores e a construção de um edifício expressamente para esse fim<sup>4</sup> (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 2126).

É ainda o circunstanciado testemunho de Michellis que nos permite acompanhar os dois primeiros anos de funcionamento da Escola Normal, depois da abertura das aulas ter ocorrido em Janeiro de 1835. Nota marcante, em meu entender, tem que ver com uma *variação* ao plano original de Bell e Lancaster, de reduzir o ensino mútuo a um currículo mínimo (ler, escrever e contar). Nesse sentido parece de facto apontar a avaliação do professor da cadeira, reportada ao período compreendido entre Janeiro e Julho de 1836:

*Igual progresso [ao da escrita] se encontra na leitura e aritmética, que são os únicos estudos por ora em prática, por causa da falta dos utensílios e mais objectos requisitados, advertindo que as próprias colecções de exemplares existentes estão incompletas, sobretudo as de aritmética, e que faltam os livros e compêndios pedidos.* (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 2126, documento s. p.)

Convém referir que tal intenção, a de não limitar, portanto, o ensino às aprendizagens essenciais, se manifesta já nos anos de 1820, em particular nas medidas propostas por João José Lecocq para organizar o ensino mútuo em Portugal. Uma das principais prende-se com a edição de várias colecções de tabelas destinadas a servir de apoio às aulas, as quais contemplam o desenho linear (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maços 277 e 2126).

O assunto ganha no entanto outra acuidade na década de 1830, configurando de resto a ampliação do currículo um padrão genericamente aceite. O exemplo mais paradigmático para elucidar semelhante evidência parte, uma outra vez, da pena de Francisco António de Michellis, e é passível de ser perspectivado no conjunto de problemas cuidadosamente inventariado no ano de 1837. Atendendo à abrangência do diagnóstico, que foca, na verdade, pontos muito diversos, sugiro que a sua leitura contemple não apenas o lado da questão por mim levantado, mas que abarque também aspectos correlatos à organização da classe dos monitores (constituída, segundo se infere, por 16 elementos); à importância que nela o livro tem (nova *variação* aos pressupostos

<sup>4</sup> O edifício foi construído na continuação do antigo mosteiro de Santa Maria de Belém (Jerónimos), espaço esse para onde a Casa Pia transitou em 1833, após a saída do convento do Desterro.

económicos presentes no contexto original); e a tese da acção civilizadora do ensino mútuo, neste caso nitidamente vinculada ao ideário liberal.

Era assim necessário, segundo informa o referido interlocutor,

*1.º Arranjar-se o estrado do professor convenientemente para nele se poder dar a classe dos monitores, pondo-se-lhe dois armários com estantes para arrecadação dos livros e papéis, como tenbo por muitas vezes requisitado; 2.º Fornecerem-se os utensílios necessários para o desenho linear, como igualmente pedido tenbo; 3.º Completar-se o número de pedras de ardósia e toca-lápis que faltam na aula e cuja renovação deve ser feita ao menos uma vez cada ano, para substituir o que se quebra ou fica inutilizado pelo grande uso; 4.º Fixar-se uma soma de um tanto por mês destinada para os prémios que em todas as aulas de ensino mútuo se dão; isto deve ser indistintamente tanto para os discípulos da casa, como para os externos [...]; 5.º Completarem-se as colecções de exemplares que faltam na leitura, aritmética e gramática; 6.º Fazerem-se as colecções que inteiramente faltam do vocabulário, de caligrafia, de geografia e de catecismo [...] 7.º Nomear-se um substituto para servir no meu impedimento; 8.º Fornecer-se uma colecção de livros escolhidos e próprios para a classe dos monitores, em cuja deve entrar um dicionário da Língua Portuguesa, 16 compêndios da História de Portugal, 16 ditos da Constituição de 1822, apenas [com] as modificações que as Cortes lhe fizeram, 16 ditos que versem sobre os assuntos seguintes: sobre moral e deveres do cidadão, sobre a geografia do país incluindo a dos Açores e possessões ultramarinas, sobre tratado de civilidade, etc. Cujos objectos, a meu ver, não deveriam ficar ao arbitrio dos professores, mas sim designados pelo governo, a fim de se adquirir uma uniformidade na instrução primária, e por ser desta maneira que o governo pode mais contar com a civilização e solidez do sistema que mais convém dar à nação e porque, finalmente, é só deste modo que se pode obter dentro em pouco tempo, em cada uma destas escolas, um grande viveiro de indivíduos que virão a ser cidadãos úteis e que por sua própria convicção virão a ser o maior sustentáculo das instituições pátrias, da nossa rainha e do seu governo. (IAN/TT, Ministério do Reino, maço 2126, documento s. p.)*

Não se afigura possível compreender esta intervenção fora da referência ordenadora do *Directorio das Escolas Primarias*, importante texto pedagógico publicado em 1835 com o objectivo de regular o funcionamento das escolas de ensino mútuo. Penso, inclusive, analisando a estrutura desse Directório, sobretudo o respeitante à organização geral das escolas, às ordens e execuções, aos exames, à definição de horários, ao papel dos monitores, não esquecendo os prémios e castigos..., ser a questão da ampliação do currículo a que efectivamente maior novidade traz, quando considerados, bem entendido, os fundamentos estabelecidos por Bell e Lancaster.

**Documento I** – Modelo de horário para as escolas de ensino mútuo, 1835.

Dias da Semana	Aula de manhã			Aula de tarde		
	Das 8 às 9	Das 9 às 10	Das 10 às 11	Das 3 às 4	Das 4 às 6	Das 5 às 6
2. <sup>a</sup> feira	Escrita	Leitura e gramática (1)	Aritmética	Catecismo civil e político (4)	Escrita e desenho nos bancos (2)	Escrita e desenho nos grupos (3)
3. <sup>a</sup> feira	Idem	Leitura	Idem	(4)	Escrita	Leitura (5)
4. <sup>a</sup> feira	Idem	Leitura e gramática (1)	Idem	(4)	Escrita e desenho (2)	Leitura e desenho nos grupos (3)
5. <sup>a</sup> feira	Idem	Leitura	Idem	Feriado	Feriado	Feriado
6. <sup>a</sup> feira	Idem	Leitura e gramática (1)	Idem	(4)	Escrita e desenho nos bancos (2)	Leitura e desenho nos grupos (3)
Sábado	Idem	Leitura	Idem	Catecismo moral e religioso	Escrita	Leitura em voz alta no estrado

(1) Gramática nos grupos para a 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> classes, leitura nas outras.(2) Escrita para as quatro primeiras classes, desenho nos bancos para as outras.(3) Leitura para as quatro primeiras classes, desenho nos grupos para as outras.(4) Aritmética nos grupos para as quatro primeiras classes; história ou geografia nos grupos para as outras quatro. (5) As quatro classes superiores darão o vocabulário em lugar da leitura corrente.

Fonte: *Directorio das Escolas Primarias* (1835). **Nota:** É nítida a intenção de não reduzir o ensino mútuo às aprendizagens essenciais, incluindo o plano de estudos disciplinas como a história, o desenho linear, a geografia e ainda a educação cívica e política, embora com uma tradução mais simbólica do que real.

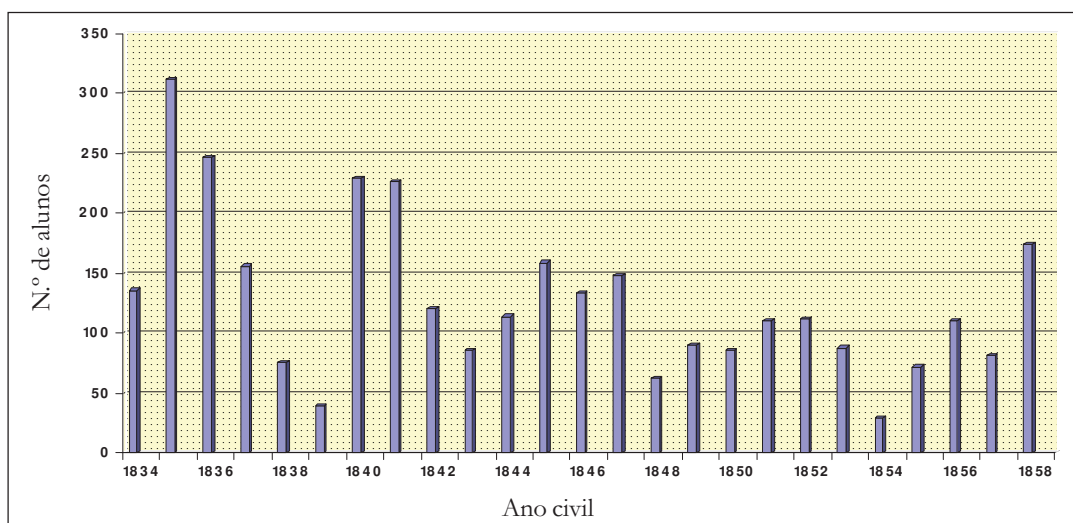
Mas nem tudo era fácil. Na verdade, as intenções manifestadas pelo professor Francisco António de Michellis, sublinho agora, em nítida consonância com o texto do Directório (veja por exemplo o leitor a sintonia existente nos currículos entre a última citação e o *Documento I*), não têm força operativa e acabam por soçobrar no plano da realidade mais imediata. Houve naturalmente limitações que decorreram da própria vida interna da instituição, observáveis, entre outros aspectos, na dificuldade em conciliar os ensinamentos literário e oficial, pensando já no modelo educativo definido pelo regulamento orgânico de 9 de Maio de 1835<sup>5</sup>. Esse cenário é de resto bem ilustrado por Michellis, no momento em que se detém, por certo numa perspectiva tão abrangente quanto lhe era possível, nas razões subjacentes à irregularidade da frequência e ao absentismo dos alunos:

<sup>5</sup> Na esfera considerada, o regulamento criava uma escola de instrução primária pelo método de Lancaster, assim como diversas aulas (latim, inglês, francês, grego, filosofia, retórica, pintura e música). Paralelamente, previam-se oficinas de alfaiates, sapateiros, carpinteiros, ferreiros e latoeiros, “a cujos ofícios se aplicarão aqueles alunos que tiverem propensão para eles” (*Real Casa Pia de Lisboa. Decretos, Portarias e Regulamentos*, 1897, p. 4).

*Parte destas ausências são motivadas pelo grande número de discípulos que, por frequentarem outras aulas ou oficinas, vêm uma só vez no dia à aula; outros por causa de moléstia, ou vários serviços indispensáveis que têm nos colégios e refeitório do estabelecimento, cujas faltas causam aos discípulos um atraso considerabilíssimo, o qual é aumentado pelo grande número dos que faltam sem motivo. (IAN/TT, Ministério do Reino, maço 2126, documento s. p.)*

Perante a manifesta dificuldade em apurar a frequência da referida aula, julgo pelo menos útil adiantar o número total de alunos matriculados, deixando o mesmo antever em alguns períodos, sobretudo nos biénios de 1835-1836 e 1840-1841, ou ainda, curiosamente, no término do ensaio, a presença de um elevado número de estudantes.

**Documento II** – Número de alunos matriculados na escola de ensino mútuo da Casa Pia de Lisboa, por ano civil, entre 1834 e 1858.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de *Divisão dos alunos. Aula de ensino mútuo. Matrícula, 1834 a 1858*, vol. I., AHCPL. **Nota:** Em 1840 e 1858 houve supressão de aulas de instrução primária pelo método de ensino simultâneo, sendo os alunos integrados na de ensino mútuo.

Do que se trata, para mim agora, é de regressar ao problema enunciado no início deste artigo, e de perceber as tensões entre o modelo universal de conhecimento e a sua apropriação local.

Nessa linha de pensamento, fixo em primeiro lugar a ideia de a interpretação do ensino mútuo na Casa Pia de Lisboa revelar inegáveis similitudes com a história do método em Inglaterra e França, particularmente sentidas nas práticas e em alguns princípios organizativos. De resto, o próprio Francisco António de Michellis, lançando um olhar retrospectivo aos anos de 1820, confessa aplicar na época “o sistema dos dois métodos, inglês e francês, aperfeiçoados pela Sociedade de Instrução Elementar em Paris”, adoptando no decénio seguinte o *Manuel complet de l’enseignement mutuel... par deux membres de l’université* (Paris, 1834), e “fazendo por ele apenas [...] pequenas modificações na [...] aula” (IAN/TT, Ministério do Reino, maço 2126, documento s. p.).

Para se ver, o paralelismo daí resultante – não esqueçamos a passagem de Lecoq por Paris – é tangível em aspectos centrais do modelo organizativo, e estou a pensar, por um lado, na possibilidade de uma progressão desigual segundo as matérias e, por outro, na regularidade da examinação, praticamente constante em ordem a garantir a rigorosa classificação dos alunos. Ilustrarei já em seguida essa continuidade recorrendo aos registos de progressão na aprendizagem de dois alunos. Na referência dos anos de 1830, tais documentos confirmam ainda a incapacidade em transpor para a prática o princípio orientador de não reduzir o ensino mútuo às aprendizagens essenciais.

**Documento III** – Registo da progressão na aprendizagem do aluno Francisco Estanislau, matriculado na aula de ensino mútuo em 20/01/1835, então com quinze anos de idade. Foi “examinado” em 25 de Agosto de 1836.

#### Leitura

1. <sup>a</sup> classe	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>
20/1	29/2	10/5	14/6	20/7	13/8	4/10	15/12

#### Escrita

1. <sup>a</sup> classe	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>
20/1	30/1	30/1	4/2	5/2	6/2	13/8	3/12

#### Aritmética

1. <sup>a</sup> classe	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>
20/1	13/2	4/11	7/11	10/11	15/11		

**Fonte:** AHCPL, *Divisão dos alunos. Aula de ensino mútuo. Matrícula*, 1834 a 1858, vol. I. **Legenda:** Dia/mês.

**Documento IV** – Registo da progressão na aprendizagem do aluno Jerónimo do Nascimento, matriculado na aula de ensino mútuo em 7/12/1836, então com onze anos de idade. Saiu em data indeterminada.

#### Leitura

1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>
7/12	9/12						

#### Escrita

1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>
7/12	8/12	9/12	14/12	15/12	20/12	4/1	21/1

#### Aritmética

1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>
7/12	9/12						

**Fonte:** AHCPL, *Divisão dos alunos. Aula de ensino mútuo. Matrícula*, 1834 a 1858, vol. I. **Legenda:** Dia/mês.

E se não fossem suficientemente expressivos os registos anteriores para atestar a centralidade do exame de passagem, o próximo documento falaria certamente por si.



**Documento V** – Progressos mensais dos alunos da aula de ensino mútuo, pelas passagens que tiveram para classes superiores (de escrita), entre Janeiro e Julho de 1836.

Meses	Classes de escrita								Totais
	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup> 8. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>		
Janeiro	-	4	7	10	8	9	5	6	49
Fevereiro	-	16	17	13	13	13	15	5	92
Março	-	31	30	14	6	12	5	1	99
Abril	-	11	5	7	3	5	9	7	47
Maiο	-	31	28	24	21	13	15	8	140
Junho	-	35	30	25	22	25	10	11	158
Julho	-	24	24	29	24	11	21	11	144
Soma	-	152	141	122	97	88	80	49	729

Tendo por base os *Documentos III e IV*, torna-se evidente a progressão na aprendizagem efectuar-se de forma mais rápida nas classes de escrita. Curiosamente, é a partir dessa mesma perspectiva que a comissão administrativa da Casa Pia solicita, com alguma insistência no início dos anos de 1840, quando já se manifesta abertamente a descrença na celeridade das aprendizagens, um ajudante para a aula de ensino mútuo. Atente-se no seguinte ofício dirigido ao Ministério do Reino:

*O sistema do ensino mútuo é reconhecido bom em toda a parte, mas a comissão sente ter observado que os alunos que frequentam esta aula fazem menos progressos em ler e contar, do que em escrever, o que a comissão atribui à falta de um hábil ajudante que auxilie o professor, a fim de ambos exercerem com eficácia os seus empregos em benefício dos alunos. A nomeação deste ajudante tem sido repetidas vezes pedida por esta comissão a vossa Majestade e ainda agora renova submissamente esta súplica [...] de forma que os alunos consigam aprender a ler, escrever e contar em menos anos do que agora gastam neste exercício. (AHCPL, Registo dos Ofícios Expedidos, V, 1841-1842, ofício n.º 3152, 18 de Dezembro de 1841, fl. 109)*

No fundo, é a ideia de não ser possível a um só professor “dirigir” grupos muito numerosos de alunos, pelo menos de forma eficaz, que explica a insistência na figura do ajudante. E veja-se que essa medida, entre outras, havia sido determinada pelo Ministério do Reino no início de Fevereiro de 1840, apesar de não ter tido consequências imediatas. O objectivo era o de melhorar a aplicação do ensino mútuo na instituição. Rezava assim a nota oficial:

- 1.º *A comissão administrativa da Casa Pia proporá por este ministério um indivíduo de reconhecida aptidão para servir de professor ajudante da escola de ensino mútuo;*
- 2.º *A maioria dos alunos que na Casa Pia frequentam as aulas de ensino simultâneo passarão a frequentar a escola de ensino mútuo;*
- 3.º *Os alunos monitores não serão tirados da escola para outros destinos, sem ordem expressa da comissão administrativa com audiência do professor, enquanto se carecer deles para o exercício da mesma escola;*
- 4.º *Os outros alunos que frequentarem a escola deixarão de ser distraídos de suas respectivas aplicações durante as horas dedicadas ao ensino disciplinar que ali recebem;*
- 5.º *A comissão administrativa fornecerá desde logo os utensílios necessários para o ensino de desenho linear, e mandará fazer o gradeamento conveniente em volta do estrado em que assenta a cadeira do professor para o ensino mais aperfeiçoado dos monitores da escola. (AHCPL, Serviço Geral. Offícios Recebidos de Diversas Autoridades, 1840-1843, 3 de Fevereiro de 1840, s. p.)*

A julgar por um outro ofício, desta feita dirigido pela administração da Casa Pia ao Ministério do Reino, a questão do ajudante não se encontraria ainda resolvida em Março de 1844, sendo então expressamente defendido que “uma aula de ensino mútuo com mais de 350 alunos não pode ser regida por um só professor, como actualmente e há muito acontece” (AHCPL, *Registo dos Offícios Expedidos*, VII, ofício n.º 3861, 6 de Março de 1844, fl. 83 v.).

Nos anos de 1840, e ainda no quadro das medidas consignadas na nota oficial emitida pelo Ministério do Reino (cf., em particular, o ponto 5.º), é manifesta a tendência para especializar a função dos monitores, fixando-os a um determinado grupo de alunos e, não menos importante, atribuir-lhes uma remuneração monetária, sendo assim preteridas as habituais formas de motivação (prémios e recompensas). Essa é, de facto, a linha de orientação adoptada pela comissão administrativa da Casa Pia ao decidir, na sessão de 24 de Novembro de 1842, que “os 4 monitores gerais da aula de ensino mútuo, que forem permanentes, tenham uma gratificação mensal, que lhes será dada segundo o seu merecimento e serviço” (AHCPL, *Actas da Administração da Casa Pia*, 1842 a 1847, n.º II, fl. 13).

Mas o ensino mútuo conhece outros desenvolvimentos ao longo da década de 1840, que não apenas os previstos na referida nota oficial. Em meu entender, o mais relevante passa pelo abandono do princípio da contínua examinação dos alunos, conduzindo na prática à desvalorização do exame de passagem e ao aparecimento explícito do exame final. Tal como nos devolvem as fontes de arquivo disponíveis, trata-se de uma mudança observável a partir de Setembro de 1841, data em que têm lugar os primeiros exames finais, alterando-se então, de maneira sintomática, a categoria utilizada para descrever o resultado da avaliação – “aprovado” substitui “examinado” (AHCPL, *Divisão dos alunos. Aula de ensino mútuo. Matrícula*, 1834 a 1858, vol. I, matrícula do aluno Francisco António da Costa, s. p.).

Julgo importante mostrar em seguida a maior *variação* ao modelo organizativo proposto por Andrew Bell e Joseph Lancaster. De modo inequívoco é a figura do internato

– e a necessidade dela decorrente de enquadrar disciplinarmente os alunos – que marca a diferença na percepção do modelo. E aí, como veremos, observa-se um nítido afastamento em relação à letra do Directório de 1835, excluindo o mesmo, no capítulo disciplinar, o “uso da palmatória e [de] qualquer outro castigo corporal” (*Directorio das Escolas Primarias*, 1835, p. 64), em consonância, sublinhe-se, com os princípios definidos por Bell e Lancaster. Sugeridas eram ainda formas de evitar a punição:

*São indóceis os discípulos? Fazem bulha na aula? Não os ameaceis com castigos, pois nada ganhareis talvez com isso; prometei recompensas ao mais dócil e quieto. Mas cumpri com a vossa palavra. É também ocupando constantemente todos os discípulos, mesmos os mais novos; é empregando em todo o tempo da classe uma vigilância incansável que o mestre poderá conseguir a manutenção da ordem e disciplina sem castigos.* (*Directorio das Escolas Primarias*, 1835, p. 58)

Convém ter presente, em contrapartida, que no contexto institucional da Casa Pia de Lisboa não há qualquer ambiguidade quanto ao valor do castigo corporal, pelo menos até finais dos anos de 1880. E se dúvidas existissem em relação a esse pressuposto, os regulamentos aprovados em 1850, 1880 e 1881 dissipá-las-iam de imediato, e por uma razão bem evidente – a de todo o dispositivo disciplinar se erguer em torno do par recompensa material/punição corporal<sup>6</sup>. Deixo, aliás, o leitor com um relato que elucida bem até bem ponto, na década de 1840, eram praticadas as modalidades repressivas.

*Foi decidido que o aluno Francisco do Carmo seja castigado com doze açoites sobre a pele, isto em quadrado, aonde deverão formar todos os alunos, e no dia seguinte lhe serão dadas seis palmatoadas na aula perante todos os mais alunos: estes castigos são-lhe aplicados em consequência do acto de insubordinação por ele praticado na aula de ensino mútuo.* (AHCPL, *Actas da Administração da Casa Pia*, 1842 a 1847, n.º II, sessão de 18 de Janeiro de 1843, fl. 17)

Ainda no que se relaciona com esta questão da disciplina, não posso deixar de conjecturar se a interpretação do método terá sido fundamentalmente diferente fora do contexto institucional da Casa Pia. Creio bem que sim, a apoiar-me em algumas fontes primárias, não obstante ser também legítimo pensar num padrão geral de rejeição do Directório de 1835, cujo texto, no domínio considerado, se opõe à tradição educativa portuguesa, baseada numa “moral austera, filiada em valores ético-cristãos” (Fernandes, 1994, p. 225)<sup>7</sup>. Essa contradição, por assim dizer, está muito presente no relatório elaborado pelo director da Escola Normal do Porto, José Carlos de Melo e Silva, nele admitindo, corria o mês de Outubro de 1841, que o “sistema de castigos determinado no Directório das Escolas Primárias [...] é pouco eficaz quando se emprega em indivíduos

<sup>6</sup> Refiro-me concretamente: ao Regulamento para os castigos dos alunos, aprovado em 20 de Março de 1850; ao Regulamento para os castigos e recompensas, de 29 de Maio de 1880; ao Regulamento para o serviço interno das aulas, de 19 de Março de 1881 (cf., respectivamente, *Portarias da Administração da Real Casa Pia de Lisboa Publicadas pelo Provedor José Maria Eugénio de Almeida*, 1862, Apêndice IV e *Portarias e Respectivos Regulamentos da Administração da Real Casa Pia de Lisboa*, 1881, Portarias n.ºs 148 e 159).

<sup>7</sup> Em concreto, a citação diz respeito à análise que Rogério Fernandes faz do texto “Breve direcção para a educação dos meninos”, da autoria de Manuel Dias de Sousa e inserto na obra *Nova escola de meninos...* (Coimbra, 1784).

já desmoralizados” (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3707, documento s. p.). Não surpreende assim que, numa memória sobre a Escola Normal de Santarém, redigida no início da década de 1840, o seu autor note a existência, “sobre a mesa do professor”, [de] uma palmatória”; facto que todavia estranha, dada a “expressa proibição deste e de outros castigos corporais” (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3707, documento s. p.).

Regresso, outra vez, ao contexto da Casa Pia de Lisboa, mas desta feita para me deter no anunciado debate estabelecido nos anos de 1859-1860 em torno da aula de ensino mútuo, coincidindo de resto com a sua supressão. Começo, então, por lembrar que a posição assumida à época pelo provedor José Maria Eugénio de Almeida, veementemente condenatória da experiência realizada, se baseava em três pontos capitais, e assinalo: i) o elevado número de alunos; ii) a inadequação do método às características da instituição; iii) a administração não ter jurisdição plena sobre a acção educativa.

Convirá, de qualquer modo, conhecer neste momento as críticas que Eugénio de Almeida dirige especificamente à aplicação do método. Reflectem as mesmas, aliás, algumas das ideias vigentes desde o início dos anos de 1840, nomeadamente o excessivo tempo de aprendizagem, ser esta, ainda assim, e as palavras pertencem-lhe, “imperfeitíssima e incompleta”, não esquecendo algo que se afigura como novidade, ou seja, a “ausência quase total de disciplina escolar” (*Portarias da Administração da Real Casa Pia...*, 1862, Portaria n.º 12, de 10/1/1860, p. 35). A sua descrença não poderia ser maior:

*O método denominado de Lancastré adoptado na escola da Casa Pia [...] [foi] apenas um ensaio, e esse mesmo por uma cópia infiel e adulterada, de um método que em parte alguma fora do país se vê prosar, mas que, inculcado como o nec plus ultra do ensino primário, se introduzira nesta casa há obra de quarenta anos com o fim de lhe servirem como matéria de experiência os alunos dela; que depois se deixara aqui esquecido e degenerado cada dia mais, sem que ninguém o viesse imitar para as outras escolas do reino.* (*Portarias da Administração da Real Casa Pia...*, 1862, Portaria n.º 12, de 10/1/1860, p. 36)

Julgo ser muito importante saber – e nesse sentido impõe-se mais alguns dados – que José Maria Eugénio de Almeida, à entrada da década de 1860, quando formula, portanto, os juízos supracitados, tem já delineado o futuro “sistema de instrução primária” da Casa Pia. Entretanto, nesse virar de página, um dos eixos legitimadores da intervenção de Eugénio de Almeida (pleno de grande visão pedagógica, diga-se) passa pela inabalável crença na qualificação dos professores, adaptados além do mais, como defende, às condições específicas da instituição, isto é, ao regime de internato (*Portarias da Administração da Real Casa Pia...*, 1862, Portaria n.º 12, de 10/1/1860).

A tanto não terá chegado o pensamento do governo quando, em 26 de Dezembro de 1859, comunicou oficialmente à Casa Pia o encerramento da escola de ensino mútuo, manifestando então a intenção de a “administração estabelecer [...] diversas escolas, nas quais em diferentes graus, desde os primeiros rudimentos da instrução primária até o ponto mais subido a que ela pode ser levada, se ministrassem todos os elementos dessa instrução, como deve dar-se aos alunos da Casa Pia” (*Portarias da Administração da Real Casa Pia...*, 1862, Portaria n.º 12, de 10/1/1860, p. 36). O certo é que, passados

apenas dois dias, o plano provisório apresentado pela instituição ao governo, posteriormente consagrado na portaria que tenho vindo a citar, traduz as preocupações das partes envolvidas. Por um lado, divide a instrução primária (elementar e superior) em graus (não menos de três, nem mais de seis) – medida essa, importa referi-lo, na origem do primeiro ensaio da escola graduada em Portugal –, por outro, prescreve que os professores tenham todas as habilitações exigidas nas escolas do Estado.

É pois nesse momento de transição (o início da década de 1860) que se manifesta um outro actor, Alfredo Júlio de Brito Freire, o último docente de ensino mútuo da Casa Pia. Reagindo à deliberação do governo – acreditando porém ter sido este induzido pela administração liderada por Eugénio de Almeida – bate-se pelas vantagens educativas do “método de Lancaster” sobre o simultâneo. A sua posição afirma-se numa longa missiva dirigida ao ministro do Reino, em 26 de Julho de 1860, não deixando de refutar algumas das críticas levantadas pelo provedor da Casa Pia. É muito clara a argumentação de Alfredo Júlio de Brito Freire, quando interpela o Marquês de Loulé.

*No respeitante ao ensino mútuo, defende então que o seu sistema de constante ordem e regularidade é o que mais se coaduna com os hábitos e regime de um estabelecimento de disciplina regular [...] [também] pelo grande número de alunos da Casa Pia [...] que só se podem acomodar numa aula por este método, e que divididos por quatro ou mais escolas simultâneas, estas, além de não haver na Casa Pia casas para elas, sempre que excedam trinta alunos de diferente adiantamento, quase todas são anárquicas, por mais enérgico e activo que seja o professor, pois é impossível instruir, fiscalizar e conter na ordem, simultaneamente, trinta discípulos a cada um dos quais tem de tomar uma lição diferente [...] porque o ensino mútuo é o mais económico, assim no pessoal como no material [...] porque este método é essencialmente higiênico, pois quanto não prejudica a uma criança, mormente no Inverno, estar sentada três horas de manhã e três de tarde [...] porque apresenta mais ordem, subordinação e fiscalização que o simultâneo no auge de rigor [...] posto em vigor por um professor zeloso, inteligente e activo, é um excelente método, tanto pelo respeito em que sempre tem os discípulos, sempre sujeitos a uma fiscalização contínua, e por conseguinte na impossibilidade de distraírem-se, por lhes inculcir o hábito da emulação, da ordem e disciplina, como por habituá-los a ensinar aos menos instruídos aquilo que eles mesmos aprenderam de outros mais adiantados. E falo nisto com uma convicção tão íntima, que não recuaria ante a responsabilidade de dirigir uma escola de quinhentos ou seiscentos discípulos por este método, ao passo que num só caso eu não recearia uma aula de mais de vinte discípulos, se eles todos se achassem no mesmo adiantamento, comessem ao mesmo tempo, e eu os pudesse leccionar em forma de curso, como acontece no método português; e digam os professores simultâneos com quantas dificuldades não lutam eles para poderem simultaneamente instruir e conservar inalterável a disciplina da escola, e quantas vezes não têm de empregar o ensino mútuo, isto é, fazerem os mais adiantados instruir os menos avançados [...] e é na Casa Pia que o ensino mútuo pode dar mais amplas vantagens, por que estabelecido um regulamento neste fim, pode-se contar com discípulos efectivos até à sua habilitação para exame, e consequentemente a conservação de bons monitores, principal necessidade deste método, o que não acontece nas outras escolas, onde não há meio de obrigar os pais ou tutores dos discípulos a mandá-los à aula com efectividade. (IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 147, processo 3, documento s. p.)*

Mas a sua exposição permite ainda conhecer *variações* tardias do método. Com efeito, Alfredo Júlio de Brito Freire refere a existência de uma “classe à qual leccionava a corografia e história do país, gramática, princípios de moral e civilidade” (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 147, processo 3, documento s. p.); outra havia, recentemente formada segundo informa, destinada ao ensino do desenho linear, ganhando assim particular destaque o restabelecimento da relação directa entre professor e alunos; não obstante, tem de dizer-se, permanecer intocável a figura do monitor (a seu cargo, intui-se, estariam as aprendizagens elementares).

Por outro lado, e estou novamente de regresso a um tema abordado em páginas anteriores, interessa perceber que o papel atribuído aos exames na parte final da década de 1850 não se prende apenas, ao contrário do que deixa supor o supracitado texto, com a “conservação de bons monitores”. Na verdade, o que aparece agora como meta máxima – e para isso torna-se necessário aduzir mais elementos da argumentação de Alfredo Júlio de Brito Freire – é a realização do exame de instrução primária no Liceu Nacional de Lisboa:

*Havia-se pois assentado em que os alunos que tivessem de cursar a instrução secundária fossem examinados no Liceu Nacional para poderem tirar a sua carta de exame; e nesta conformidade se compunha a classe de aperfeiçoamento já de cinquenta e sete discípulos, a maioria dos quais teriam sido examinados no Liceu este ano, se a aula não houvesse sido fechada. (IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 147, processo 3, documento s. p.)*

**Documento VI** – Mapa estatístico dos exames da escola pública de ensino mútuo estabelecida na Casa Pia de Lisboa, relativo aos anos lectivos de 1844-1845 a 1858-1859, elaborado por Alfredo Júlio de Brito Freire, 26 de Julho de 1860.

Quando tiveram lugar os exames	Total dos habilitados para exame	Resultado dos exames					Resumo			Total dos existentes no princípio do ano
		Aprovados plenamente	Aprovados simpliciter	Reprovados	Não compareceram	Total	Aprovados	Reprovados ou não examinados	Total	
1845 Setembro	40	22	12	2	4	40	34	6	40	395
1846 Agosto	40	32	7	-	1	40	39	1	40	425
1847 Setembro	43	21	16	4	2	43	37	6	43	464
1848 Setembro	38	26	10	1	1	38	36	2	38	526
1849 Setembro	44	30	10	3	1	44	40	4	44	473
1850 Janeiro e Agosto	59	34	20	3	2	59	54	5	59	413
1851 Janeiro e Agosto	40	32	7	-	1	40	39	1	40	416
1852 Setembro	35	23	11	1	-	35	34	1	35	437
1853 Agosto	33	21	12	-	-	33	33	-	33	430
1854 Setembro	32	9	18	5	-	32	27	5	32	287
1855 Setembro	22	5	13	4	-	22	18	4	22	265
1856 Setembro e Dezembro	51	32	15	1	3	51	47	4	51	288
1857 Abril e Agosto	33	15	13	2	3	33	28	5	33	258
1858 Março, Julho e Setembro	60	31	23	-	6	60	54	6	60	269
1859 Outubro	25	5	18	2	-	25	23	2	25	359

**Fonte:** IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 147, processo 3.

### 3.

Encerro aqui a minha exposição. Penso ter justificado que a universalização do ensino mútuo – de facto, “an unprecedented process of diffusion in the history of education” (Caruso e Roldán Vera, 2005, p. 649), sobretudo pela sua rapidez e omnipresença (os autores falam mesmo em carácter “epidémico”) – é tributária de padrões de influência referenciais para todo o mundo, particularmente sentidos ao nível da estrutura organizacional, não sendo todavia possível falar de uma replicação do modelo no contexto de apropriação: a maior *variação*, como se constatou, tem que ver com a existência de uma cultura de punição corporal não prevista nos fundamentos originais, omnipresente porém na figura do internato.

Fica, assim, expressa a importância de uma reflexão assente na valorização de dimensões culturais e históricas na análise da circulação de modelos pedagógicos; o mesmo é afirmar que a tónica deve ser colocada não propriamente no estudo da difusão mundial do modelo, mas sim na sua recepção em contextos específicos.

#### Fontes manuscritas

##### Arquivo Histórico da Casa Pia de Lisboa (AHCPL)

*Actas da Administração da Casa Pia*, 1842 a 1847.

*Divisão dos alunos. Aula de ensino mútuo. Matrícula*, 1834 a 1858, vol. I.

*Registo dos Offícios Expedidos*, V, 1841-1842.

*Registo dos Offícios Expedidos*, VII, 1843-1845.

*Serviço Geral. Offícios Recebidos de Diversas Autoridades*, 1840-1843.

##### Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

*Ministério da Instrução Pública*, Cx. 147, processo 3.

*Ministério do Reino*, maços 277, 2126 e 3707.

#### Fontes impressas

ALMEIDA, José Maria Eugénio de (1861). *Relatório da Administração da Real Casa Pia de Lisboa [de 20 de Out. de 1859 a 31 de Out. de 1860]*. Lisboa: Imprensa Nacional.

*Directorio das Escolas Primarias*. (1835). Lisboa: Imprensa Nacional.



*Portarias da Administração da Real Casa Pia de Lisboa Publicadas pelo Provedor José Maria Eugénio de Almeida.* (1862). Lisboa: Imprensa Nacional.

*Portarias e Respectivos Regulamentos da Administração da Real Casa Pia de Lisboa.* (1881). Lisboa: Imprensa Nacional.

*Real Casa Pia de Lisboa. Decretos, Portarias e Regulamentos.* (1897). Lisboa: Typographia Belenense.

### Referências

CARUSO, Marcelo (2004). Locating Educational Authority: teaching monitors, educational meanings and the importing of pedagogical models. Spain and the German States in the Nineteenth Century. In David Phillips & Kimberly Ochs (eds.). *Educational Policy Borrowing: historical perspectives* (pp. 59-87. Oxford: Symposium Books.

CARUSO, Marcelo (2007). Disruptive Dynamics: The Spatial Dimensions of the Spanish Networks in the Spread of Monitorial Schooling (1815-1825). *Paedagogica Historica*, 43 (2), 271-282.

CARUSO, Marcelo e ROLDÁN VERA, Eugenia (2005). Pluralizing Meanings: The Monitorial System of Education in Latin America in the Early Nineteenth Century. *Paedagogica Historica*, 41 (6), 645-654.

FERNANDES, Rogério (1994). *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras.* Porto: Porto Editora.

FERNANDES, Rogério (1999). A difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX. In Maria Helena Câmara Bastos e Luciano Mendes de Faria Filho (organizadores). *A Escola Elementar no Século XIX* (pp. 25-43). Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo.

NÓVOA, António (1987). *Le Temps des Professeurs.* Lisboa: INIC, 2 vols.

MULLER, Christian Alain (2005, Fevereiro). L'enseignement mutuel à Genève ou l'histoire de l' 'échec' d'une innovation pédagogique en contexte: l'école de Saint-Gervais, 1815-1850. *Paedagogica Historica*, 41 (1 e 2), 95-117.

ROLDÁN VERA, Eugenia (2005). Order in the Classroom: The Spanish American Appropriation of the Monitorial System of Education. *Paedagogica Historica*, 41 (6), 655-675.

Recebido em outubro de 2008

Aprovado em janeiro de 2009